



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA O ESTADO DO AMAZONAS**  
**NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES**



***Processos Sobrestados por Tema do Supremo Tribunal Federal***

<b>Tema</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtde. de Processos</b>
6	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	28
19	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	3
22	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	1
47	Natureza do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais em relação a atos administrativos dos Municípios.	1
123	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	1
176	Inclusão dos valores pagos a título de “demanda contratada” na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	11
210	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	1
231	Sequestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório.	1
249	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	1
262	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	1
264	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	50
265	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	36
284	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	4
285	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	20
362	Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido.	1
380	Aplicação do art. 17 do ADCT a vantagens protegidas pela garantia da coisa julgada.	1
381	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	2
386	Realização de etapas de concurso público em datas e locais diferentes dos previstos em edital por motivos de crença religiosa do candidato.	1
395	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	6
445	Incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 para a Administração anular ato de concessão de aposentadoria.	7
474	Reserva de vagas em vestibular de universidade estadual para egressos de escolas de ensino médio da respectiva unidade federativa.	22
486	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.	8
500	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	2
506	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.	1
517	Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL.	1
519	Sequestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.	1



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA O ESTADO DO AMAZONAS**  
**NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES**



<b>Tema</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtde. de Processos</b>
520	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.	4
525	Competência legislativa municipal para dispor sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem de compras por supermercados ou similares.	3
542	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	1
548	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.	1
551	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	7
561	Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública que visa a anular ato administrativo com fundamento na defesa do patrimônio público.	1
624	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	1
683	Reconhecimento de direito à nomeação de candidato preterido, quando ajuizada a ação após o prazo de validade do concurso.	1
698	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	2
745	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	4
761	Possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.	1
793	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	2
810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/	23
827	Incidência de ICMS sobre o valor pago a título de assinatura básica mensal pelo serviço de telefonia.	1
837	Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.	1
847	Definição dos limites à atuação do Poder Judiciário quanto ao preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas.	1
899	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.	1
901	Momento no qual deve cessar o pagamento do benefício de abono de permanência: se do protocolo do pedido de aposentadoria ou do aperfeiçoamento do ato de jubilação.	1
921	Tríplice acumulação de vencimentos e proventos decorrentes de ingressos em cargos públicos anteriores à EC n. 20/1998.	2
995	Controvérsia relativa à liberdade de expressão e ao direito à indenização por danos morais, devidos em razão da publicação de matéria jornalística na qual se imputa prática de ato ilícito a determinada pessoa.	1



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES**



<b>Tema</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtde. de Processos</b>
1002	Discussão relativa ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada.	39
1011	Controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza.	3
1016	Constitucionalidade da inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária incidente sobre valores depositados judicialmente.	1
<b>Total</b>		<b>314</b>

*Atualizado em 21.02.2020*